

MP recomenda à SME-RJ suspender a reorganização da rede municipal de Educação do Rio

A 1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Proteção à Educação da Capital do Ministério Público estadual do Rio de Janeiro decidiu enviar uma recomendação à SME-RJ para que o órgão, segundo o texto, “imediatamente se abstenha da prática de qualquer ato referente à reorganização da rede de ensino”. No texto, assinado pela promotora Roberta Rosa Ribeiro no dia 02, o MP concede cinco dias para que a prefeitura cesse o processo.

Trata-se de uma vitória

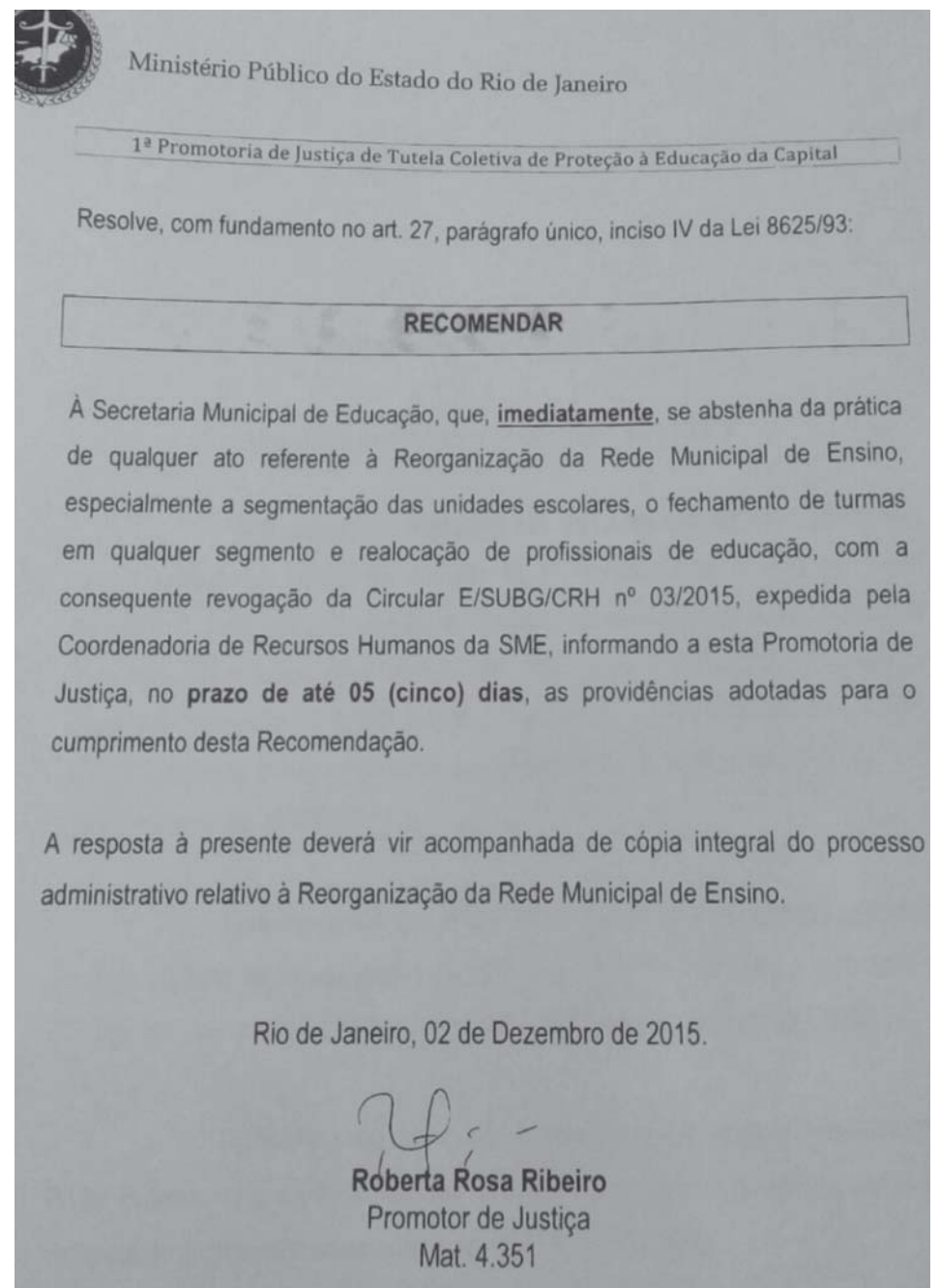
dos profissionais de educação, que ajudaram a convencer o MP a barrar o projeto da prefeitura – lembrando que no dia 30 de novembro, a pedido do Sepe, o MP convocou uma audiência pública para discutir o assunto.

Acreditamos que, caso a SME-RJ não cumpra a recomendação, o Ministério Público deverá tomar as medidas cabíveis na Justiça.

Veja ao lado cópia do texto do MP.

CALENDÁRIO

- . 12/12 (sábado): Conselho Deliberativo Extraordinário da Rede Municipal às 14h. Local: (auditório do Sepe: R. Evaristo da Veiga, 55, 7º andar)
- . 28/02/16 (2ª feira): Plenária da Educação Infantil, local e horário a confirmar;
- . Seminário sobre Reestruturação no início de 2016, local e horário a confirmar;
- . Assembleia Geral da Rede Municipal no início de 2016, local e horário a confirmar.



Nota do Sepe contra a reorganização das escolas dos governos Paes e Alckmin

Recentemente vimos o Brasil se levantar em 2013 pela manutenção dos direitos sociais em todo país, impedindo mais um aumento de passagem absurdo em todos os grandes centros do Brasil. A juventude teve papel fundamental em todo o processo de levante popular ocorrido no Brasil. Dois anos depois vemos uma crise sem limites avançar em solo brasileiro e mais uma vez a juventude se colocar em movimento.

O processo de reorganização das escolas estaduais de São Paulo significava uma reestruturação econômica, sem fins pedagógicos. Acentuando cada vez mais as lógicas capitalistas de transformação da Educação nacional em um grande balcão de negócios. Cerca de mais de cem escolas sofreriam processos de remanejamento de professores e alunos, fechamento de turmas e fracionamento de segmentos. Em uma visão economicista o governo paulistano resolveu fechar escolas e superlotar turmas, destruindo culturas inteiras construídas durante décadas, nas comunidades escolares afetadas.

Foi preciso que a juventude ocupasse as escolas e ruas de São Paulo e desse a resposta a esse terrível atentado a Educação brasileira. Com muita luta e resistência, organização formidável e solidariedade de classe, hoje o governo enfim recuou e a resistência avança firme rumo à vitória!

No Rio a situação é a mesma. Pouco falada nas escolas da capital carioca, a reestruturação visa à mesma lógica do governo paulistano. Eduardo Paes avança em seu projeto de desmonte da Educação Pública e atropelando todos os processos impõem para os trabalhadores da Educação remoções forçadas e segmentação de escolas inteiras, prejudicando alunos, pais e funcionários e ferindo o direito da população brasileira de acesso à Educação em escolas mais próximas de suas casas e acentuando o grave problema social da guerra urbana que a cidade atravessa, colocando alunos moradores de comunidades de risco em escolas em localidades dominadas por facções rivais.

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, respeitando o artigo



Sepe e comunidade escolar na prefeitura em luta contra a Reestruturação

27, parágrafo único, inciso IV da Lei 8625/93, recomendou à SME-RJ que cancele imediatamente o processo de Reestruturação. Tal medida visa impedir a segmentação da rede pública municipal, assim como os transtornos oriundos desta reorganização como fechamento de turmas e realocação de profissionais da educação.

O Sepe se solidariza com toda a luta de estudantes e profissionais de São Paulo, que corajosamente lutaram e lutam pela defesa da Educação pública e se coloca em movimento no Rio para que o governo de Paes recue da reorganização do ensino carioca e respeite as leis nacionais que garantem o acesso à Educação pública, nas localidades mais próximas às suas residências a todo cidadão brasileiro. A recomendação do Ministério Público é mais uma prova de que a luta do sindicato e do povo brasileiro pela Educação Pública de qualidade é o caminho necessário para combater a lógica de Estado Mínimo promovida pelos governos carioca e paulistano.

O Sepe somos nós, nossa força e nossa voz!

Escolas resistem à Reestruturação

No dia 7 de dezembro, foi realizada uma nova audiência entre o Sepe e a subsecretária de Gestão, prof. Betina, para tratar das questões relativas à Reestruturação da Rede Municipal: análise dos dossiês das escolas que resistiram, dos profissionais que não escolheram nova origem, dos PEJAS e das turmas de maternal que foram fechadas, Prof I 40 h e Prof II 40 + 22:30h.

Neste encontro, foi ratificado que as escolas e profissionais que resistiram não serão remanejados, que a Coordenação da 7ª CRE seria chamada para retomar o diálogo sobre as turmas de maternal, PEJAS e áreas conflagradas, que, segundo orientações da prof. Maria de Lourdes, não seriam movimentadas neste processo.

Foram momentos tensos e

exaustivos, mas as comunidades conseguiram avanços no diálogo e possibilidades de ampliar e esvaziar a Reestruturação. Um grupo expressivo de pais esteve presente e, com firmeza e determinação, discutiu e reivindicou a participação efetiva nas decisões, de acordo com o que está escrito na Portaria do CEC.

Neste dia 10, houve mais uma vitória, pois saiu em Diário Oficial a abertura de vagas para turmas de maternal, na 7ª CRE. Ocorrerá outra audiência no dia 16 para discutir especialmente a situação dos Prof I de 40 h e Prof II de 40 + 22:30h. O sindicato orienta a todas as comunidades que estiverem com problemas com a Reestruturação a resistirem ao processo e buscarem o apoio das regionais.